

A QUESTÃO DAS ELEIÇÕES ESTADUAIS EM SÃO PAULO CARTA À C.C.E.

Plínio Mello

Camaradas,

O contra relatório enviado pela C.C.E. enviado ao C.R do P.C.B. em S. Paulo, censurando-o pelo modo porque agiu nas eleições estaduais de Fevereiro, consagra metade de suas acusações a uma acusação pessoal, direta, intencionalmente errônea, por conseguinte, desleal contra mim. Eis o motivo desta carta à C.C.E.

Desejo porém, frisar de começo, que é com grande desprazer que rebato as intenções malévolas contidas no relatório da C.C.E. Nunca pensei que nas fileiras do P.C. precisasse tomar pessoalmente a atitude que ora assumo. Sou entretanto, obrigado a isso em virtude do juízo que a C.C.E. fez a meu respeito e das expressões de que usou para comigo. Não fora seu exagero e eu aceitaria calado a censura de que, pessoalmente, fui alvo.

ERRO OU ACERTO, FRANQUEZA OU DESLEALDADE?

A impressão que tive ao ler as contra-razões da C.C.E. foi de que os camaradas que a compõem não quiseram absolutamente compreender as razões ponderáveis que motivaram o recuo do B.O.C. nas eleições estaduais aqui realizadas em Fevereiro último. Isto, malgrado toda a documentação que, leal e sinceramente lhe enviamos.

Em vez de procurarem estudar o caso dialeticamente, de um ponto de vista objetivo, encarando concretamente a realidade da situação em que nos encontrávamos, os camaradas se demandaram na descoberta de supostos motivos que possivelmente teriam determinado a nossa atitude e descobriram a influencia de Maurício, “a serviço dos Democráticos” sobre mim; a minha influência sobre o C.R. ; a decisão do C.R. determinando o apoio do B.O.C. ao P.D....

Esquecendo-se de que para a conferencia R.[egional], por intermédio do seu enviado especial, a C.C.E. havia determinado uma diretiva expressamente clara, no sentido de evitar do B.O.C., concorrendo as eleições, uma demonstração de força eleitoral que antes fosse uma demonstração de fraqueza política. A C.C.E. em seu contra relatório, eleva-se ao mundo da utopia, imaginando para o B.O.C. um fantástico eleitorado capaz de amedrontar os “Democráticos” e... assim caindo em pleno domínio da abstração mais indesejável nas fileiras da IC – não pode ou não quis compreender a C.C.E. que duzentos ou trezentos votos bastariam, como bastaram, para a vitória do candidato democrático Antônio Feliciano no primeiro distrito, e que tal votação para o B.O.C. seria simplesmente ridícula e desmoralizadora.

Era essa a razão da proposta de acordo do P.D. para conosco, formulada na semana antes das eleições, e então, sobranceiramente repelida por nós.

A C.C.E. em vez de terem consideração a razão formulada em meu relatório relativamente ao fato de um cabo eleitoral “Democrático”, bastante perigoso e hábil, haver conseguido entre os seus companheiros empregados no comércio, que todos votassem nos democráticos em 1º turno

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n1.03.p7>



e em 2º turno no nome de Nestor [Pereira Jr.], nada adiantando isso ao candidato operário. – A C.C.E. passou por cima dessa questão fundamental, para chamá-la de “razão especiosa” ... isso era apenas suborno do nosso eleitorado mais garantido (300 ou 400)! ...

E, para o cúmulo de tudo, a C.C.E. procura esquecer-se de que nos havia prometido por intermédio de Astrojildo, a vinda de Azevedo Lima a São Paulo. Tendo sido esse um dos motivos mais preponderantes na fundação do B.O.C. em véspera do pleito de Fevereiro (Everardo só se decidiu a respeito depois da promessa de Astrojildo), por conseguinte sem o tempo necessário para uma séria arregimentação eleitoral. – a C.C.E. bem poderia ter se lembrado dessa promessa antes de formular suas críticas à nossa atitude. A vinda de Azevedo Lima era absolutamente imprescindível. Essa foi uma das causas que mais contribuiu para o recuo a que fomos obrigados. Não é necessário lembrar aqui os motivos que justificavam a nossa exigência. Eles são bem intuitivos.

Não obstante isso tudo, fatos e não conjecturas, - os camaradas da C.C.E no seu contra relatório, encaram a questão abstratamente, sem fundamentos doutrinários que, ao menos, sirvam como material de educação política aos aderentes do P.C.B. descubrem que tivemos medo do “terror policial” ... inventam que fizemos “conchavos” com os “democráticos”... Procuram desmoralizar-nos aos olhos do partido... quanto a mim então, as insinuações da C.C.E. são bastante claras depois de fazerem entender aos camaradas do C.R. que tenham mais cuidado comigo, apresenta-me a curiosidade de todo partido como exemplar típico de “menchevista gênero traidor”... se não o fez declaradamente pelo menos sugeriu isso. Não poderia ter sido com outro intuito que a C.C.E. ocupou-se em metade do seu relatório com o meu caso pessoal!

Ora, sentindo-me convictamente radicado a classe operária, por cujos interesses e aspirações venho me batendo, creio, conscientemente, sem obsessões pequeno-burguesas, com a dedicação que me é possível, e, além disso, aderente do P.C.B. considerando-me devotado discípulo de Lênin, cujo pensamento procuro sempre interpretar para uma melhor compreensão, não só da sua obra genial, como principalmente, para elucidação dos problemas que infeccionam as tarefas do Partido... Assim sendo, não posso deixar de ver nas SANSÕES! Formuladas contra mim pela C.C.E não a franqueza admissível e ESPERADA mas uma manifesta e deplorável deslealdade.

RETIRADA ESTRATÉGICA.

Para justificar entretanto o que está acima preciso, apesar meu, contra rebater as razões da C.C.E. e o farei sobretudo, no que diretamente me diz respeito.

Acharam os camaradas dirigentes do partido que o modo porque agiu o B.O.C. em São Paulo, “não foi uma retirada estratégica, efetuada segundo as regras conforme exigia LÊNIN, mas a debandada e a capitulação”.

Não vejo em que assista a razão a C.C.E. para afirmar isso. Diante do fato, digo não ficamos inertes; tomamos uma atitude bastante definida. Publicamos um manifesto explicando ao proletariado os motivos porque retirávamos a candidatura operária, porque não nos abstinhamos do pleito, porque recomendávamos os candidatos do P.D. à votação dos trabalhadores. Além desse manifesto publicamos uma entrevista com NESTOR, explicando melhor as razões porque assim agimos. É verdade que isso foi feito já nas vésperas do pleito. Mas não poderia ter sido de outro modo. Antes daquela época não víamos um motivo forte que pudesse nos obrigar a retirada. Tínhamos ainda a promessa da vinda de Azevedo Lima nas vésperas do pleito. Mas a polícia ainda não nos havia incomodado depois porém que percebemos o perigo que corria o nosso reduzido eleitorado mais garantido, isto é o dos empregados no comércio, devido ao jogo do cabo eleitoral democrático; depois que a polícia começou a agir prendendo dois dos diretores do B.O.C., além de outros militantes operários, além disso varejando as sedes de alguns sindicatos, - insistir no plano delineado não seria agir como bolcheviques, seria fazer obra anarquista. O B.O.C. havia

sido reduzido a situação de ilegalidade. Não tínhamos ainda organização, nem elementos capazes de levar por diante na ilegalidade, a obra do B.O.C. Impunha-se portanto, a retirada. Depois de termos protestado em carta aberta ao C.P. contra a arbitrariedade policial de que estávamos sendo vítimas, cuidamos, então da nova posição a ser tomada pelo B.O.C. Não capitulamos em debandada. Senão, examinamos as várias hipóteses de posições a serem tomadas pelo B.O.C. e respectivas consequências.

Se levássemos as urnas o nome do candidato do B.O.C., é quase certo que ele obteria apenas 300 ou 400 votos, se tanto! ... Consequências: 1º desmoralização do B.O.C. aos olhos do proletariado que não mais acreditaria, nem nele, nem nos elementos que se encontravam a sua frente; 2º reforçaríamos desse modo a frente burguesa contra o proletariado, em vez de procurarmos cindir essa frente, fazendo jus as simpatias da força política mais utilizada por nós, os democráticos pequeno-burgueses, o que provocaríamos seria o seu ódio político e mesmo pessoal que, aumentado da repressão policial “perrepista”, colocar-nos-ia em situação verdadeiramente inatural, prejudicando-nos toda atividade futura. Só não vê isso quem não quer ver...

Quanto a hipótese da “abstenção indireta”, isto é, a retirada da candidatura operária, aconselhando-se aos trabalhadores a abstenção, - objetivamente, não deixa de ser isso neutralidade. Consequências: 1º faríamos, incontestavelmente o jogo o P.R.P., dando-lhes ganho de causa sobre o P.D. (um dos candidatos democráticos não seria eleito); 2º arrastaríamos desse modo a antipatia dos eleitores “democráticos” que precisamos trazer para nosso lado, e impossibilitaríamos assim, qualquer acordo político que futuramente precisemos fazer com os “democráticos”; 3º nem por isso o P.R.P. deixaria de ser menos reacionário...

Restava-nos pois, a hipótese da atitude que tomamos, isto é, a retirada da candidatura operária e o apoio ao P.D. “resultado, diz a C.C.E., da confusão política que se pretendia combater, aumentou-se e complicou-se mais ainda”. Não vejo que seja tanto assim. A C.C.E. encara apenas uma face da questão – ou da afirmação do princípio básico do B.O.C. isto é, política de classe independente. A suposta influência que desse modo exerceríamos sobre a classe trabalhadora de S. Paulo, não passa no caso, de hipótese muito vaga. Assim não só perderíamos a eleição, mas também a agitação... agindo como agimos, conseguimos não só comprometer o P.D. para conosco, facilitando assim a nossa atividade futura, como também despertar a simpatia dos trabalhadores de S. Paulo, em sua maioria de mentalidade pequeno-burguesa encantados com a obra dos “democráticos”...

Desse modo se formos forçados a prejudicar o programa do B.O.C., cumprimos entretanto, o roteiro de nossa atividade propriamente bolchevista e não nos afastamos dos ensinamentos de Lênin, como vamos ver.

AS LIÇÕES DE LÊNIN.

Lênin, em toda sua atividade de revolucionário, quer como chefe de Partido, quer como teórico do comunismo, nunca esqueceu a verdade fundamental da doutrina marxista: “Firme no fundo, mas suave na forma”. Absoluta segurança de princípios, mas tolerâncias, condescendência, sabedoria na tática. Nos seus dois grandes livros em que se condensa a maioria dos ensinamentos que ele nos legou – “Que fazer?” e “Moléstia infantil do comunismo”, esse pensamento se amplia a luz da experiência histórica, tomando aspectos novos que só a visão de gênio de Lênin poderia descobrir.

A página 125 da “Moléstia Infantil do Comunismo” (ed. Fran) encontramos esta interpretação do pensamento de Marx, aplicado por Lênin, à situação histórica presente: “Não falta mais do que uma coisa para que marchemos à vitória com mais confiança e firmeza e é a consciência da necessidade de obter o máximo de “souplesse” (plasticidade) na nossa tática. A despeito de

seu magnífico desenvolvimento, sobretudo nos países adiantados, o comunismo carece hoje dessa consciência ou não sabe convertê-la em aplicação prática”.

Vê-se por aí que nos países de largo desenvolvimento capitalista, a tática do Partido deve ser aplicada com grande plasticidade, e nos países economicamente atrasados como o Brasil, essa tática deve ser ainda mais maleável de jeito a servir primeiro a revolução liberal, democrático-burguesa que se aproxima, a fim de que possamos conseguir condições necessárias para a revolução proletária consequentemente posterior. Daí o necessário cuidado que devemos tomar, evitando quaisquer incompatibilidades com os elementos “democrático-liberais” no período revolucionário.

Sem organização, sem elementos necessários, sem possibilidades materiais, para levar adiante uma luta contra um inimigo muitas vezes mais poderoso, é “moléstia infantil” insistir em tal luta.

Sigamos Lênin: “aceitar conscientemente o combate quando ele é vantajoso para o inimigo e não para nós, é um crime; e são deploráveis diretores da classe revolucionária todos quantos não sabem proceder por meio de elogios, acordos e compromissos, para evitar um combate de que eles tenham reconhecido as desvantagens” (ed. Fran. Pag. 88).

A situação em que nos encontrávamos em S. Paulo, por ocasião das eleições de fevereiro era bem análoga aquela figurada por Lênin para defender a Paz de Brest, isto é, o caso do viajante cercado em plena estrada por bandidos em armas. Levassem tudo, dinheiro, passaporte, revólver, automóvel; contanto que o deixassem em liberdade!

Havia no caso um inegável compromisso. Mas, seria ele inaceitável em princípio? Lênin responde: “A conclusão é clara: negar os compromissos em princípio, negar a legitimidade de todo compromisso qualquer que ele seja, em geral, é uma infantilidade que é impossível tomar a princípio. Um homem político que quer servir ao proletariado revolucionário tem de saber discernir os casos concretos em que estes compromissos são inaceitáveis, não são mais que uma manifestação de oportunismo e traição, e dirigir contra esses compromissos concretos toda a voz de sua crítica, denunciando-os vigorosamente, e sem piedade, e lhes declarar uma guerra”. “Moléstia” (ed. Fran. Pag. 31).

Ora, não agimos motivados por outro pensamento. Diante das circunstâncias em que nos encontrávamos, o próprio bom senso nos indicava o caminho que tomamos. Trocamos os princípios do B.O.C. pela possibilidade de lutarmos em prol do programa político que consubstancia esses mesmos princípios.

A IDEIA DO ACORDO COM O P.D.

A C.C.E., citando Lênin, lembra a grande verdade que, “com um pequeno erro se pode sempre fazer um erro monstruosamente grande, se insistir nele, se cavamos para encontrar razões para segui-lo até o fim”. Obstinada a ver um erro no recuo a que fomos obrigados, não percebe a C.C.E. que a carapuça da citação de Lênin não nos serve, e que se aplica com maior fundamento aos camaradas da própria C.C.E. Alias, o inverso daquela grande verdade, não deixa de ser também muitas vezes uma verdade: com um pequeno acerto quase sempre se pode fazer um acerto bem maior, desde que saibamos verificar lhe as causas e as conseqüências.

Assim, “o erro monstruosamente grande” que à C.C.E. parece ser o “acordo permanente” (aliás, na hipótese figurada, esse acordo não é “permanente” como faz crer a C.C.E. evidentemente a expressão de que uso, por posição, “à momentâneo”, é inadequada. A minha intenção, como se depreende das razões que a fundamentam, era referir-me a um acordo “temporário) com o P.D., examinada a situação social do Brasil e especialmente a de S. Paulo se transforma em acerto bem digno de maior reflexão, cuidado e consideração por parte, não só da C.C.E., mas de todo o Partido.

Começamos, porém, encarando o caso concreto de S. Paulo, no meu relatório, enviado particularmente a Astrojildo, não para ser discutido oficialmente pela C.C.E., e por conseguinte, para dar lugar à censura no partido – mas apenas para servir como material de estudo do caso em questão – eu fiz uma “ardorosa” referência à necessidade de um “acordo permanente” com o P.D. e de fato assim foi acontecer, porém, o seguinte. A C.C.E. no seu contra relatório, fazendo considerações em torno do caso, deturpa-lhe o sentido, cita o fato sem fazer alusão as suas causas e consequências necessárias.

Referindo-me a este acordo que nos fora proposto por um membro do diretório Central do P.D., eu evidenciei no meu relatório as causas que o tornavam aceitáveis e as consequências dele provenientes. O B.O.C. havia sido levado à ilegalidade; não nos restava, por consequência, um meio de arregimentação política dos trabalhadores de S. Paulo. Por outro lado, esse acordo consistia na criação de uma “seção operária” no P.D. e no “Diário Nacional” órgão do mesmo partido. Essas seções ficariam a nosso cargo, controladas por nós, comunistas. Frisei bem que era ideia do P.D. criar essa “seção operária”, mesmo sem o nosso apoio. Mostrei o jogo que havia nisso, se nós, comunistas, não aceitássemos o desafio para criar luta interna no seio do próprio P.D. “Criada essa seção operária, sem o nosso controle, e, pelo contrário, contra a nossa vontade, - pela nossa própria luta contra ela (luta materialmente impossível de ser levada a efeito) – iríamos forçar a criação de uma ideologia colaboracionista no operariado de S. Paulo.

Vejam, agora, as consequências desse acordo: 1º o desvio de princípio em que, talvez, incorrêssemos, transformando-nos de revolucionários a reformistas (hipóteses inaceitáveis, porque comunistas, sujeitos à disciplina da I.C., não nos deixaríamos iludir pelo falso liberalismo “democrático”; demais a própria luta de classes no seio do P.D. estimula a nossa propaganda, afastando a possibilidade de uma tal hipótese); poderíamos assim, agora legalmente, desenvolvendo o trabalho mais necessário atualmente em S. Paulo, isto é, o de organização sindical dos trabalhadores; entraríamos, desse modo, em contato com os elementos mais aproveitáveis do proletariado, trazendo-os para o P.C., afim de que se faça a nossa base de operações propriamente revolucionária. 3º [no documento não há um “2º”, Plínio deve ter se equivocado] pela própria lógica da luta de classe, em vista da nossa atividade dentro do P.D., iríamos forçar esse partido, ou à revolução liberal-burguesa, ou a uma ciência dela no seio do mesmo partido em que nós só teríamos a ganhar, porque nós sairíamos a frente da massa.

Todas essas causas e consequências do “acordo” com o P.D., eu, no meu relatório, afirmei que ele correspondia a uma necessidade inevitável decorrente da situação em S. Paulo, isto é, de um lado, o terror policial, e de outro, a falta de consciência de classe no seio do proletariado, da mentalidade pequeno-burguesa de quase todos os trabalhadores que aqui moram.

Pois bem. Diante de tudo isso, a C.C.E. procura fazer ironia, dizendo que os meus argumentos são “cavados no buraco”!... que eu “caí no conto”... na verdade (tudo isso) é estupendo!... Eu, por minha vez, tomo a liberdade de fazer também gracinha a propósito da “doença infantil” de que são atacados os camaradas da C.C.E., lembrando-lhes um argumento maior de que eles certamente se esqueceram de lançar contra mim, e que é a imoralidade manifesta de um tal acordo... se tal acontecesse é bem possível que até Lênin soltasse boas gargalhadas lá no seu mausoléu no Kremlin!...

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E COLABORAÇÃO DE CLASSE

Mas, voltemos ao caso. A C.C.E. para justificar o seu ponto de vista contrario ao acordo com o P.D., acha que há uma “contradição flagrante e insolúvel” no meu argumento relativo a mentalidade dos trabalhadores de S. Paulo. Diz ela: “Se falta de consciência de classe no seio do proletariado e se este proletariado possui uma mentalidade pequeno-burguesa – que significa tudo

isto, senão precisamente que o proletariado se acha dono de uma ideologia colaboracionista? Esta ideologia e aquela falta de consciência de classe são irmãs xifópagas inseparáveis. Onde existe uma a outra existe forçosamente. Uma não pode existir sem a outra”

Pois, eu quero acreditar que não existe contradição alguma aí, nem flagrante, nem insolúvel. O proletariado pode não ter consciência de classe, expressando uma mentalidade pequeno-burguesa, sem que no entanto isso implique de imediato que ele esteja imbuído de uma ideologia colaboracionista. É esse o caso de S. Paulo. Já na Inglaterra verificamos o contrário disso. A influência de uma ideologia essencialmente burguesa, de colaboração de classes, ideologia alimentada através de várias gerações operárias, pelos “trabalhista britânicos” a consciência de classe do proletariado lá está hoje como que obliterada, oferecendo um caso típico de como é nefasta tal ideologia para a emancipação dos trabalhadores. Em S. Paulo já não se dá o mesmo. A mentalidade pequeno-burguesa consequente inconsciência de classe do proletariado tem outras causas que se encontram, ou na origem dos trabalhadores daqui, na maioria precedentes de famílias pequeno-burguesas, carreadas pela imigração dos povos do Velho Mundo para a América, ou, na influência da ideologia anarquista que até bem pouco tempo preponderava no movimento operário de S. Paulo. Na inconsciência de classe pode haver bem vivo o instinto de classe, fundamento maior da luta de classes e não da colaboração de classes. Evidentemente a C.C.E. não tem razão. Uma coisa não implica a outra. Podem ser elas irmãs, até gêmeas, se quiserem; mas xifópagas é que não são...

O PROGRAMA E A ESTRUTURA DO P.D.

A proposito do acordo com o P.D., diz ainda a C.C.E.: “O melhor porém das promessas democráticas é aquela da inclusão do programa do P.D. Plínio engole a pílula sem fazer caretas quando estabelece a condicional; ‘se o P.D. aceita o programa integral(!) do B.O.C. constituindo anexo a esse partido a seção operária, como tal, distinta, fazendo política de classe e educando a massa trabalhadora, até agora empolgada pelo liberalismo absorvente (do P.D.)...’ etc”. E acrescenta ironicamente: “que boas rizadas dariam os democráticos se lessem isso!”. Pois tenham certeza os camaradas da C.C.E., que quem está rindo disso que aí está, sou eu. Os “democráticos” fizeram-nos essa proposta com toda seriedade, sinceridade e ingenuidade. Não engoli a pílula sem fazer caretas.

A C.C.E. acha que essa anexação é impossível de se fazer, porque ela não leva em conta o programa do P.D. e a verdadeira estrutura desse partido. Vejamos o que diz seu relatório: “Consideremos que o programa do B.O.C., por sua mesma natureza, não pode ser aceito pelo P.D. e nem, muito menos incluído no programa do P.D. Seria a mesma coisa supor possível a aceitação do programa do P.D. pelo B.O.C., ou a inclusão do programa daquele no programa deste (sic). Nada disso é possível, porque uma coisa é contra a outra, uma coisa repele a outra, uma coisa não se pode casar com a outra. O do B.O.C. é um programa proletário, isto é, anti-burguês; o do P.D. é um programa burguês (grifo meu), isto é, anti-proletário. Um nega e mata o outro. E só esta pode ser nossa atitude diante do P.D.; negá-lo para mata-lo”. Mais adiante lê-se ainda no contra relatório da C.C.E.: “Segundo pensamos, a falta cometida se deve, em grande parte, a uma falta de apreciação do verdadeiro caráter do P.D. É ainda desta falsa apreciação que decorre a tática projetada do ‘acordo permanente’. Que vem a ser na realidade o P.D.? É um partido ‘liberal e democrático’ – da burguesia, dirigido pela burguesia, pela facção mais inteligente da burguesia, aquela que diz – façamos a revolução antes que o povo a faça – e que em linguagem inconfessável significa o seguinte: ‘arranjemos as coisas de modo que a nossa dominação sobre o povo trabalhador continue indefinidamente’... etc.

Ora, por aí se vê como é falsa a apreciação do da C.C.E. sobre o programa e a estrutura do P.D. Esse partido tem uma estrutura sui generis, com programa “liberal”, “democrático”, que entretanto o distingue sobre o modelo dos “partidos liberais” da Europa. O seu programa

é constituído por um mínimo de princípios antes de política-jurídica do que propriamente de política-econômica. No célebre “decálogo” desse programa, podem-se acolher todas as correntes de ideias. É verdade que não por muito tempo; apenas enquanto tal partido estiver lutando na oposição. Partido que pretende restabelecer o regime liberal instaurado no Brasil com a Constituição de 91, o P.D. não é um partido da grande burguesia liberal, com pretende fazer crer a C.C.E. Pelo seu programa generalizado e vago, e pela sua estrutura ampla e elástica, capaz de receber em seu seio todos os descontentes, - o P.D. é um partido típico da pequena-burguesia. A maioria de seus dirigentes são intelectuais de mentalidade pequeno-burguesa, mas, sinceramente iludidos com a panaceia do voto secreto e com a democracia pura, e outros, vendo no mesmo a possibilidade de guindarem altas posições políticas. A massa que constitui o eleitorado desse partido, é na sua grande maioria constituída por pequeno-burgueses e por operários de mentalidade pequeno-burguesa.

A pequena-burguesia, é sabido, não constitui propriamente uma classe, pois ela é formada pelo elemento oscilante entre as duas classes históricas, isto é, o proletariado e a grande burguesia ou burguesia propriamente dita. Sendo assim, o programa do B.O.C (de reivindicações mínimas para o proletariado pode muito bem ser aceito pelo P.D. Agora o que não pode ser é a inclusão do programa do P.D. no programa do B.O.C. Este é um partido de classe, com um programa definido, indisfarçável. Por conseguinte, é absurda a hipótese formulada pela C.C.E. de que seria a mesma coisa... Além disso, a indicação final da C.C.E. a respeito das intenções dos “democráticos”, não corresponde a realidade. Eles não agem, conscientemente, pelo interesse “dominação sobre o povo trabalhador”.

Disso tudo se conclui que a C.C.E. é que se encontra em um ponto de vista errado na apreciação que faz do caráter do P.D. Donde as suas constatações falsas e a possibilidade de novos e grandes erros, caso não reconheça o pequeno erro de agora...

ANALOGIAS DISPARATADAS

Diz a C.C.E. que minhas analogias são disparatadas, para poder objetivar os casos em questão, que a retirada da candidatura operária e consequente apoio aos “democráticos” correspondia para nós, à Paz de Brest-Litoviski, lembrei ainda que o acordo com o P.D. seria talvez, como a NEP. Pois bem, a C.C.E. achou de fazer “blague” a respeito e citou Pinheiro Machado, lembrando sua famosa frase: “o símile não é igual”... e não foi por outro motivo que estabeleci uma analogia e não uma identidade sobre os casos em questão. Disparatada ao que me parece foi a C.C.E. trazendo aquela frase inaceitável em princípio, pelos bolchevistas, pois com a Paz de Brest, redundava num compromisso com o imperialismo, mas que salvou a Revolução Russa. O C.R. do PCB em São Paulo com o sacrifício dos princípios do B.O.C. conseguiu salvar a atividade do PCB na região. Lênin foi obrigado a assinar a Paz de Brest, nós fomos obrigados a apoiar o P.D.

Do mesmo modo com a NEP, todos sabemos que foram as dificuldades econômicas que atravessava a URSS, logo depois da Revolução, que determinou o regime da NEP, isto é, a colaboração econômica entre o proletariado e a pequena-burguesia. Pois no “acordo” com o P.D. não vemos mais do que aquela simples colaboração política entre o proletariado e a pequena-burguesia. Essas alianças, tanto lá, como aqui, são necessárias para a vitória da Revolução.

A respeito das minhas “disparatadas analogias”, diz a C.C.E. ter eu já justificado a criação da “seção operária” anexa ao P.D. lembrando para isso a participação dos trabalhadores conscientes no seio do Partido Trabalhista inglês (menos revolucionário que o nosso “democrático” de S. Paulo), assim como também nas fileiras do Kuomintang chinês. Pois bem, a C.C.E. acha que desconheço por completo a natureza do Partido Trabalhista inglês. Diz ela: “Este não é partido de aderentes individuais (grifos da C.C.E.), mas antes um conglomerado de partidos, grupos, círculos e sindicatos operários (grifos da C.C.E.), contendo assim em seu seio 4 a 5 milhões de operários

(grifos da C.C.E.). O que Lênin aconselhava aos comunistas ingleses era que eles aderissem como Partido Comunista (grifos da C.C.E.), isto é, coletivamente, ao Labour Party, partido de massas operárias, conservando, porém, o direito da mais “absoluta liberdade de agitação, propaganda e atividade política. Sem esta última condição de propaganda, de atividade política. Sem esta última condição, frisava Lênin, impossível fazer Bloco pois seria uma traição: os comunistas ingleses devem reivindicar e conservar, acima de tudo, inteira liberdade de denunciar os chefes do Labour Party”. Está tudo muito bom. Entretanto a C.C.E. precisa concordar comigo no seguinte. A Inglaterra é um país onde o regime capitalista já chegou a sua maior etapa. O Brasil, é um país semi-feudal, em que o regime capitalista apenas começa a se desenvolver. Lá, o partido de massas da esquerda é o Labour Party. Aqui, é o P.D. Lá, a revolução comunista, proletária, está na ordem do dia. Aqui, ainda temos pela frente uma revolução liberal, democrático-burguesa. E nem por ser o Labour Party um partido de massas operárias, ele, subitamente é mais revolucionário que o P.D., partido de massas pequeno-burguesas e operárias (o grifo é meu). Se o L.P. fundamenta sua atividade em uma ideologia colaboracionista, completamente contrária aos interesses do proletariado, o P.D., do ponto de vista econômico, desconhece essa ideologia que procura o apoio do proletariado como classe distinta anexada a um partido de massas exploradas pela grande burguesia servida pela oligarquia política dominante no país, e não absorvida por ele (grifo é meu). Atualmente, não existe essa absorção, porque não existe a “seção operária” que se pretende criar. Criada essa “seção”, fica reconhecido o proletariado como classe distinta, inconfundível, fazendo a sua política própria, independente (da pequena-burguesia). Garantindo-se a liberdade de denunciar a grande burguesia e de agir como classe distinta, o proletariado, só nominalmente ficará a reboque da pequena-burguesia, mas, de fato, ele é que irá orientar a política da pequena-burguesia e determinar a atividade do P.D. E a vanguarda consciente do proletariado, ou levará esse partido à revolução liberal, ou cindi-lo-á, e então, nós é que ainda lucraremos e sairemos da contenda à frente da massa.

Deixarmos de aceitar esse pacífico e ingênuo desafio do P.D. para criar a luta interna de que nós só teremos a ganhar, será darmos uma dupla demonstração de inconsciência revolucionária, de covardia política, ignorância da experiência histórica de todas as revoluções, e sobretudo, negaremos assim os ensinamentos de Marx e Lênin.

Será esse um compromisso com a burguesia, uma traição ao proletariado, objetarão os nossos comunistas de esquerda. Parar responder-lhes é o bastante essa citação de Lênin: “É bem surpreendente que a tais ideias estes esquerdistas não condenem categoricamente o bolchevismo. Pois é impossível que os esquerdistas (da Alemanha) não saibam que toda a história do bolchevismo, antes e depois da revolução de novembro, está cheia (grifos de Lênin) de casos de elogios (louveiment), de conciliação e de compromissos com os outros partidos, sem excetuar os partidos burgueses (grifo meu). (La Moléstia. Fr. Pag. 77)

Relativamente, porém a alusão que fiz ao caso do Kuomintang chinês, a C.C.E. limita-se apenas a dizer que o P.C. já rompeu definitivamente com esse partido “degenerado, contrarrevolucionário”... Ora, o caso da China se aproxima muito mais do nosso caso que o exemplo da Inglaterra ou da França, para cujas seções comunistas; a I.C. já determinou hoje diretivas contrárias a quaisquer compromissos com outros partidos. É evidente que para a Inglaterra e a França, cujos Partidos Comunistas já são partidos de massa, e contra os quais todos os outros partidos fazem bloco na reação contrarrevolucionária, tais diretivas tem razão de ser.

Com relação ao Brasil, porém, o caso é bem diverso. E não devemos com isso esquecer as teses de Lênin sobre as questões nacionais e coletivas: “respeito dos Estados e países atrasados, onde predominam as instituições (regime é a mesma coisa) feudais ou patriarcais, ou patriarcais-rurais, convém ter em vista – 1) a necessidade do concurso de todos os Partidos Comunistas aos movimentos revolucionários emancipatórios nesses países, concurso que deve ser verdadeiramente ativo e cuja forma deve ser determinada pelo P.C. do país, se existe” ... (P6 11, parágrafo 1º - 2º

Congresso I.C.). Donde se conclui que o nosso dever de casa é ressaltada a independência do movimento proletário pela consciência de classe de sua vanguarda revolucionária, - prestar todo o apoio ao movimento de emancipação nacional do jugo dos agentes diretores do imperialismo. Isto é, a oligarquia burguesa dominante. E, prestando esse apoio, fazer o possível para orientar o movimento revolucionário liberal pequeno-burguês. Não será, entretanto, abrindo uma luta extemporânea contra esse movimento que agiremos como revolucionários. “Amarrar-se os braços e as pernas antes do tempo, dizer abertamente a um inimigo que por hora ele está melhor armado do que nós, que vamos lhe fazer em tal momento a guerra, é isso besteira, burrice (é est de la bêtise) e não ardor revolucionário” (Lênin – “La Mol”. Pag. 88. Ed. Fr.). Ao que parece a C.C.E. não está orientada noutro sentido, principalmente quando manda que em S. Paulo, abramos fogo contra o P.D...”[trecho ilegível] Haverá nisso uma contradição insolúvel como pensa a C.C.E.? Acredito que não. Com um simples jogo de tática apropriada se resolve a questão. E, assim, evitaremos o perigo de um oportunismo condenável em que poderíamos cair talvez, tentados pelo “liberalismo-democrático”...

Mas, voltemos ao caso do Kuomintang. Esse partido nacionalista chinês, anti-imperialista, era constituído até bem pouco, da colaboração política das quatro classes seguintes: burguesia, pequena-burguesia, camponeses e proletariado. Pois muito bem; malgrado a situação especial da China, possuindo um proletariado fabril que se eleva a mais de 3 milhões e uma massa camponesa paupérrima que orça por duzentos e tantos milhões; constituindo, por conseguinte essas duas classes aliadas, uma massa sólida para a atuação do P.C. Chines, - a I.C. determinou-lhe a filiação ao Kuomintang. E por que o fez? Certamente porque estando a revolução chinesa na sua primeira fase, essencialmente burguesa, e não possuindo o P.C. Ch. Elementos bastante capazes para orientar o proletariado e a massa camponesa conforme os seus justos interesses de classe e de acordo com a sua missão histórica, - a entrada do P.C.Ch. para o K.M.T. , legalizando-o, dar-lhe ia a direção da massa trabalhadora, facilitando assim o recrutamento dos melhores elementos para o Partido. E de fato assim foi. Quando o P.C.Ch. entrou, em 1924, para o K.M.T. ele não possuía ainda 1.000 aderentes (!); já no seu V Congresso, em 1926, apenas dois anos mais tarde, os seus aderentes subiam a 50.000! Creio que isto é bem significativo.

Dirão, entretanto, os camaradas da C.C.E., que foi justamente o fato da filiação do P.C.Ch. no K.M.T. que contribuiu para o desvio da linha política do Partido, levando-o a uma posição oportunista e acarretando assim um fracasso temporário à Revolução. Mas, não será que esse fracasso foi devido mais a permanência do P.C.Ch. no K.M.T. depois da franca ditadura do Xangai-Shek, do que propriamente em virtude de sua filiação inicial? E a própria I.C. não será a maior culpada em vista de sua diretiva aos comunistas chineses, dizendo que eles deveriam permanecer a todo transe no Kuomintang, isto quando o K.M.T. já estava declaradamente na contrarrevolução?

Depois do golpe de estado de Cantão e do conseqüente massacre do proletariado em Shanghai, a continuidade da aliança dos comunistas com a pequena-burguesia nacionalista, constituía realmente uma traição aos interesses de classe do proletariado e da massa camponesa. Só posteriormente é que a própria I.C. reconheceu o erro que havia caído e procurou remendá-lo. Precisamos convir que essa é evidente a verdade a respeito.

De modo que não sobra razão, pois, à C.C.E. quando lança mão de argumentos tais como esse, de que “hoje na China, o P.C. rompeu definitivamente com o Kuomintang degenerado, contrarrevolucionário”, - para assim reprovar uma provável aliança nossa com a “pequena-burguesia democrática”. Demais, no nosso caso não é uma filiação que iria se dar; antes, um “cartel”, em que se ressalva a possibilidade de fazermos política de classe. De outro modo não se justificaria a criação de uma seção operária (como tal, distinta, reconhecidamente inassimulável, quer quanto aos interesses de classe, quer por conseqüências, relativamente, de uma política particular, de classe). Não quero chegar ao ponto de afirmar que desse modo não sofreremos uma restrição em

nossa independência de classe. Temporariamente, no começo, seremos forçados a essa restrição de independência. Teremos que obedecer as diretivas gerais da frente única anti-governamental, ditadas pelo P.D. Mas, se temos possibilidade de fazer nossa política particular no que não se refere diretamente as diretivas de ordem geral, e se podemos ainda influir de nossa parte na elaboração da política dessa frente única, - não será desprezível essa restrição a que aludi? Creio que o simples bom senso está recomendando isso, e não nos afastaremos assim, da linha leninista da I.C.

O PROBLEMA DA PEQUENA-BURGUESIA NA AMÉRICA.

Posta a questão nesse pé, e para reforçar tal ponto de vista, devemos-nos lembrar, não só da situação especial existente no Brasil, especialmente em S. Paulo, para o desenvolvimento da nossa atividade comunista, como também do caráter original que apresentam os países da América em face da Revolução. A situação social dos povos americanos é bem diferente daquela dos asiáticos, por exemplo. As nações de ambos estes continentes vivem, entretanto, oprimidas pelo imperialismo, lutando constantemente pela própria emancipação do jugo das chamadas grandes potências. Acontece, porém, o seguinte. Enquanto na Ásia, os grandes países como a China e a Índia, superpovoados, em pleno regime político feudal, possuem uma massa camponesa enormíssima, - nos países da América o mesmo não se dá; embora o regime social seja mais ou menos idêntico, há um simulacro de independência política, vis-à-vis do imperialismo, não havendo, entretanto, pela inexistência de superpopulação, a massa camponesa, elemento social característico dos países asiáticos. O que nós temos, por exemplo, no Brasil é o assalariado agrícola – o peão, o rendeiro, o colono, o trabalhador de engenho, o seringueiro – todos operários rurais e não camponeses propriamente ditos, isto é, pequenos proprietários rurais. Por conseguinte, nós não temos o problema camponês para resolver, por enquanto. Em compensação, temos o problema da pequena-burguesia urbana muito mais difícil de solucionar, porque mais complexo e insidioso. A situação da pequena-burguesia na América deve oferecer um interesse todo particular aos comunistas. Ela constitui realmente a massa da população destes países. Devido à precariedade de sua situação econômica e em vista de se ver sobrecarregada com a maior soma de impostos, - ela é levada a um verdadeiro desespero, aí encontrando, constantemente, um espírito de revolta, que, como é natural, oscila entre o pessimismo mais individualista até a crença e esperança na revolução libertadora. Não por outro motivo que, entre nós, depois de 24, a pequena-burguesia se fez “revoltosa”, assim como, antes do 5 de julho não se acreditava em nada, e atualmente, já pensa que a panaceia do voto secreto é capaz de salvar o Brasil. Não é por outro motivo que em vários países da América Latina, ela é que alimenta a campanha anti-imperialista. Mas é preciso que se tenha em conta também que, se no México ela subiu ao poder apoiada pelo proletariado, já no Chile não aconteceu a mesma coisa porque ela não soube sustentar a luta do proletariado contra a ditadura militar fascista de Ibanez. É que a pequena-burguesia por mais que não queira, não pode fugir à classificação de Marx; há de ser sempre o elemento oscilante entre o proletariado e a burguesia. Ora, se nos países de regime feudal ou semi-feudal, em que o capitalismo apenas começa a se desenvolver, como era o caso da Rússia e como é o caso da China e do Brasil, o proletariado, para levar a termo sua missão histórica, precisa, conforme o ensinamento de Lênin, apoiar-se noutra classe que lhe possa ser um aliado natural durante a Revolução, - não existe nos países da América, principalmente no Brasil, outra classe com que possam os trabalhadores se apoiar, senão a pequena-burguesia. Aliado perigosíssimo, é bem verdade, por isso mesmo e por constituir maioria na população, precisa estar sob controle imediato do proletariado, principalmente agora, após a desenfreada circulação da doutrina fascista.

O problema da pequena-burguesia na América, se apresenta, pois, pelo que me parece, como um caso novo na história da I.C. Precisa, por conseguinte, ser encarado pelos comunistas, não do ponto de vista abstrato e simplesmente teórico ou doutrinário, mas na realidade viva da situação social americana. Precisa ser estudado cientificamente, tendo-se em consideração a evolução

econômica desses países e a correlação de classes por ela determinada. Além disso, é necessário que se investigue o grau de influência exercido nos países americanos pela guerra e pela Revolução Russa, pelo movimento fascista e principalmente pela opressão imperialista; será desse modo, determinando-se a influência da imigração, verificando-se as características da luta ideológica entre o comunismo e o fascismo, estudando todas as manifestações do emprego do capital financeiro importado da City e do Wall Street, que poder-se-á, fiel aos princípios fundamentais da doutrina marxista-leninista, determinar melhor a tática a ser seguida pelas ações da I.C. na América.

Não tenho a respeito, a menor pretensão de estar querendo ver mais do que meus camaradas experimentados e cultos que se encontram à frente do movimento comunista americano. Quero, entretanto, crer, que essa sugestão, dada a situação histórica que atravessamos, merece o devido acatamento de todos quanto tem parcela de responsabilidade nos destinos da revolução proletária internacional.

Se o problema da pequena-burguesia é um problema geral da maioria dos países da América, no Brasil ele assume aspectos que não podem ser absolutamente desprezados. Subestimar aqui a influência da pequena-burguesia sobre o desenvolvimento da revolução é desconhecer a sua força social e o perigo que representa para nós o fato de ela se tornar contrarrevolucionária ou fascista.

É necessário ressaltar a consciência de classe do proletariado; mas, não será isolando-o do movimento social revolucionário que se conseguirá esse desideratum. Lembremo-nos ainda de Lênin, citando uma passagem do Manifesto Comunista: “Não são social-democratas (bolchevistas) aqueles que esquecem que os comunistas apoiam todo movimento revolucionário, que, portanto, devemos expor e sublinhar nossas tarefas democráticas diante do povo (grifo de Lênin) sem lhe dissimular nossas convicções socialistas. Não são social-democratas (bolchevistas) aqueles que esquecem que seu dever é de sempre serem os primeiros a apresentar, a acentuar e a resolver toda (grifo de Lênin) questão democrática geral” (Lênin – “que faire” – pages choisies. Ed fr. Pag. 120). E Lênin punha o problema nestas condições para os seus camaradas do início do movimento bolchevista diante de uma situação histórica idêntica a que atravessamos, em face de um governo autocrático, não muito menos ditatorial que o nosso, quando se proibia aos revolucionários toda atividade mais ou menos legal, obrigando-os a disfarçar o próprio pensamento e suas verdadeiras intenções sob a bandeira do liberalismo democrático.

LÊNIN E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO.

Mas, e a consciência de classe do proletariado, onde irá parar usando-se de semelhante tática, indagarão os camaradas da C.C.E. E é Lênin quem responde ainda “a consciência política de classe não pode ser levada aos trabalhadores senão do exterior” (grifos de Lênin), do exterior da luta econômica. Não é na esfera das relações entre operários e patrões que se pode colocá-la, mas unicamente naquela das relações de todas (grifos de Lênin) as classes e camadas da população com o Estado e o governo, na esfera das relações de todas (grifos de Lênin) as classes entre si.

Eis porque a questão: - Que fazer para levar aos trabalhadores os conhecimentos políticos? – não se poderá, como faz a maioria dos práticos, sobretudo quando eles tendem para o economismo, responder unicamente: - É preciso ir aos trabalhadores. Para levar aos trabalhadores o conhecimento político, os social-democratas (bolchevistas) devem ir a todas as classes (grifos de Lênin) da população e enviar por todas elas destacamentos de seu exército (Lênin “Que faire?”, pag. 114. Ed. Fr. Cit).

Conclui-se de tudo isso que a C.C.E. não anda muito acertada quando na situação histórica do Brasil determina para o P.C.B., e especialmente para a região de S. Paulo uma tática contrária aos ensinamentos de Lênin. Se o B.O.C., além de ser reconhecido legalmente, como no Rio, tivesse uma grande influência sobre as massas trabalhadoras, como também no Rio,

ainda vá que continuássemos usando essa tática, mesmo assim, seria como de fato é, necessário uma aproximação mais sábia e direta da pequena-burguesia. Pois aqui em S. Paulo, ao que me parece, é erro, e erro crasso, abrimos luta contra o partido que representa as aspirações da pequena burguesia. É amarrarmos-nos pés e mãos diante de um inimigo perigosíssimo. O P.D., é preciso que os camaradas da C.C.E. tenham bem em vista, é um partido essencialmente pequeno-burguês. Um Morato e um Moraes Barros não representam senão tendência isolada e colocadas à extrema-direita do partido. O núcleo central de seus dirigentes é constituído de intelectuais e idealistas, em sua maioria ambiciosa de representação política, clássicos representantes da pequena-burguesia; e a massa do partido é constituída toda ela, como já disse, da pequena-burguesia urbana e do proletariado de mentalidade pequeno-burguesa. Querer iludir-se a respeito pelo simples prazer de evitar [trecho ilegível] evidentemente desagradáveis. Com tal gente, - é desconhecer as tarefas primordiais do movimento revolucionário no Brasil.

SINCERIDADE COMUNISTA E CONFIANÇA PARTIDÁRIA.

É bem possível que os camaradas da C.C.E., diante desta argumentação, fundamentada toda ela nos ensinamentos de Marx e Lênin, duvidem ainda da sinceridade de quem defende tal ponto de vista. Dirão: “Mas, quem nos garantirá que o Partido em S. Paulo, tendo a sua frente, homens de tal quilate não irá sofrer um desvio oportunista de funestas consequências para o movimento comunista no Brasil?” Posta deste modo, em jogo a confiança dos comunistas que ocupam nas fileiras do P. cargo de responsabilidade. A estes, como a mim, só resta em tal emergência, demonstrar por atos e fatos a realidade do ponto de vista que defendem. Espero por conseguinte que o tempo me dê razão já que os camaradas duvidam da sinceridade das minhas convicções. Apesar disso, ou melhor, por isso mesmo, peço aos camaradas da C.C.E. que tomem conhecimento da questão em debate, fazendo possível para abstrair a pessoa de quem defende tal ponto de vista, sem entretanto, encararem abstratamente essa mesma questão. Deste modo, julgando o caso objetivamente, sem nenhum parti-pris de caráter subjetivo, sem nenhuma preocupação pessoal, colocando os interesses do P. acima de quaisquer animosidade ou sentimentos individuais, - a C.C.E. poderá verificar se não me assiste um pouco de razão ao menos, na atitude que tomei, em parte juntamente com os camaradas do C.R., e em parte pessoalmente, em face das eleições de Fevereiro. Vamos também, nessa discussão a que tal fato está dando lugar.

Eu, por mim, com esta carta, estou satisfeito na defesa pessoal a que me vi obrigado em virtude das acusações da C.C.E., - contribuir na medida do possível para a elucidação dos problemas em questão afeitos ao P. se usei as vezes de expressões inadequadas e intenções malévolas, isso vai por conta do mesmo tratamento a que me sujeitou a C.C.E. na sua resolução.

DERROTISMO E LIQUIDAÇÃO.

Há um ponto ainda na resolução da C.C.E. que precisa ser elucidado sobre meu relatório pessoal a Astrojildo, justificando a liquidação do B.O.C. Eu havia dito: “... Dentro da perspectiva que se nos apresentava, de um acordo permanente com o P.D., não podemos fugir à expressão de derrotismo que terminamos esse documento (o manifesto de 20 de fevereiro, relativamente ao B.O.C). Em vista disso, conclui a C.C.E.: “Ora, o derrotismo e a liquidação relativamente ao B.O.C. o passo não é longe para chegar ao derrotismo e a liquidação do próprio P.C. O caminho é o mesmo.

A C.C.E. evidentemente tem razão em parte. É de fato condenável a intenção liquidacionista do B.O.C. da maneira porque foi feita. E o culpado disso (com a polícia (...)) fui eu somente. Era, como é, (e nós) obedecendo as diretivas da C.C.E., estamos fazendo o possível nesse sentido, necessário forçar a legalidade do B.O.C., insistir nessa atitude. Mostrar o absurdo policial a respeito.

Incorporar os fatos ao domínio da opinião pública. Só assim lograremos êxitos, creio que a retirada se impõe...

Agora, no que não assisto razão à C.C.E. é em sua conclusão. Isso seria renegar minhas próprias convicções ideológicas, e isso seria renegar todas as minhas atitudes desinteressadas, de sacrifício pessoal e isso seria uma traição ao proletariado, indigna de quem, acreditando em sua missão histórica luta sinceramente pela vitória final. A insinuação da C.C.E. é, portanto, maliciosa e indefensável.

APELO

Diante das considerações aqui expendidas, espero que os camaradas da C.C.E., depois da deslealdade com que me atacaram, - me farão ao menos a lealdade de levar ao conhecimento do Partido esta carta de legítima defesa. Esta, com a réplica do C.R. de S. Paulo à resolução da C.C.E. do P.C.B.

Saudações Comunistas!

.....
S. Paulo, 21 de Abril de 1928

